



Plenário aprova em 1º turno texto que isenta templo de IPTU

Votação em 2º turno está marcada para hoje. Caso seja aprovada, proposta de emenda à Constituição irá para a Câmara dos Deputados

Jonas Pereira/Agência Senado



De acordo com a proposta de emenda à Constituição aprovada ontem em primeiro turno no Plenário, de autoria do senador Marcelo Crivella, a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) já garantida aos templos que funcionam em imóvel próprio será estendida às entidades religiosas que fazem culto em imóvel alugado. No entender de Crivella, a cobrança do IPTU cria

um obstáculo para a livre prática religiosa, pois é um encargo extra que sobrecarrega os templos que funcionam em pontos alugados. Normalmente, o pagamento do IPTU cabe não ao proprietário do imóvel, mas sim ao inquilino. A proposta é o primeiro item da pauta de hoje. A nova votação é necessária porque propostas de emenda à Constituição exigem duas votações nos Plenários do Senado e da Câmara. No primeiro turno, nenhum senador votou contra. **7**

Senadores participam no Plenário da sessão em que se aprovou em primeiro turno a PEC que beneficia instituições religiosas

Colegiado aceita liberação de crédito de R\$ 2,8 bilhões **3**

Governo apoia livro e internet no Minha Casa, Minha Vida **4**

Vai à Câmara texto sobre transferência de bilhete aéreo **7**

Evento mostra potencial de turista chinês para Brasil **6**

Gravação entre Dilma e Lula gera polêmica

Senadores da base governista e da oposição repercutiram em Plenário o grampo telefônico feito pela Polícia Federal no qual a presidente Dilma Rousseff trata com o ex-presidente Lula sobre o termo de posse para o cargo de ministro da Casa Civil. Parlamentares da oposição pediram a renúncia de Dilma. Governistas questionaram a legalidade da gravação e do vazamento do conteúdo para a imprensa. **8**

Segue para a Câmara federalização de funcionários de ex-territórios

Pessoas que prestaram serviços a Roraima e Amapá na transformação em estados irão para o quadro federal, segundo proposta de emenda à

Constituição aprovada ontem em Plenário. Substitutivo de Randolfe Rodrigues a proposta de Romero Jucá, o texto segue para votação na Câmara. **3**



Randolfe, do Amapá, e Jucá, de Roraima, comemoram a aprovação da proposta

Relator estuda emendas a MP de combate a Aedes **3**

Agricultor teme pedágio no Pará e em Mato Grosso **6**

Senadores querem solução para dívida rural **4**

Inclusão obrigatória de mulheres em chapa é rejeitada **2**

Genildo Menezes/Agência Senado



Ao lado do senador Romário (E), Antônio Carlos Nunes fala à CPI do Futebol

Presidente da CBF afirma que não está no cargo a serviço de Del Nero

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Antônio Carlos Nunes, negou estar no posto para defender

interesses de Marco Polo Del Nero, presidente licenciado da entidade. Nunes silenciou ante perguntas sobre corrupção. **7**

Comissão pode votar hoje uso de droga anticâncer

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais o projeto que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética antes do registro da droga pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A proposta estabelece que, para ter acesso ao remédio, os pacientes com câncer terão de assinar um termo de responsabilidade. **5**

Avança punição maior para o bloqueio de vias

A comissão encarregada de fazer a análise prévia de medida provisória que endurece a punição para a interrupção de vias públicas aprovou ontem relatório sobre o texto. A proposta, que será avaliada na Câmara e no Senado, multa em R\$ 11.492 os organizadores e em R\$ 3.830 os participantes de bloqueios. **4**

Menos burocracia para adicional de insalubridade

Foi aprovado ontem em decisão final projeto que facilita a obtenção dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Pelo texto, que já pode ir para a Câmara, o trabalhador passará a receber assim que o perito constatar que a atividade é insalubre, mesmo que a ocupação não conste da lista do Ministério do Trabalho. **5**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Por 8 votos a 5, parecer de Ana Amélia (em 1º plano) foi vencido, interrompendo a tramitação da proposta de Crivella

Rejeitado projeto que obriga incluir mulher em chapa

Apesar do parecer favorável da relatora, senadores barraram tramitação de proposta que obrigava os partidos políticos a terem pelo menos uma candidata do sexo feminino nas chapas para o Senado

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem um projeto de lei que determina a inclusão obrigatória, pelos partidos políticos, de ao menos uma mulher nas chapas de candidatos às eleições no Senado.

Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o PLS 263/2010 recebeu parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS). Porém, o parecer foi vencido por 8 votos a 5.

O projeto propõe uma alteração na Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) para que, da chapa de candidatos de determinado partido ou coligação às eleições para o Senado, conste o nome de uma pessoa do sexo feminino. O objetivo é diminuir a diferença entre os gêneros na representação política.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi um dos que discordaram da iniciativa. Na opinião dele, é uma restrição séria ao trabalho dos partidos:

— A representação política se faz por partidos. São eles que organizam a manifestação do sufrágio universal. Não são os gêneros. Uma proposta como essa tira das legendas a liberdade que devem ter para escolher seus candidatos a cargos majoritários. É uma

restrição muito séria. Por isso, voto contra — argumentou o senador.

A relatora, por sua vez, alegou que as mulheres representam mais da metade do eleitorado, mas não têm representação política à altura dessa realidade demográfica.

PEC aumenta participação feminina nas Mesas da Câmara e do Senado

Para atender um pedido de vista de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi adiada a votação de uma proposta de emenda à Constituição que garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e comissões da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso. A iniciativa (PEC 38/2015) está em análise na CCJ e tem relatório favorável de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Após dizer ser “radicalmente contrário” à proposta, Aloysio prometeu apresentar voto em separado pela rejeição, no qual explicará sua posição.

— Essa é uma ação destrutiva do sistema representativo brasileiro — disse.

Os demais senadores que

— Ainda que a proposta seja modesta, trata-se de um avanço digno de nota. Especialmente se percebermos que tal iniciativa, ainda que limitada, faz parte de uma longa caminhada na correta direção que aponta a luta pela igualdade de gênero — ressaltou.

se manifestaram apoiaram a proposta. Para o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), a PEC tem sobretudo um valor pedagógico:

— A sociedade começa a acordar para o problema da representação das mulheres nas instituições.

Telmário Mota (PDT-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) consideraram o texto justo e oportuno. Fátima Bezerra (PT-RN), Simone Tebet (PMDB-MS) e Marta Suplicy (PMDB-SP) também apoiaram a PEC, que é da deputada Luiza Erundina (PSOL-SP).

Vanessa reconheceu que o Senado dá exemplo ao ter sempre mulheres na Mesa. Atualmente, Ângela Portela (PT-RR) é a titular da Quarta Secretaria.

Texto muda regra para requerimento de informação

Um projeto que muda as regras para requerimentos de informações a autoridades públicas aprovados pelos senadores foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Projeto de Resolução 11/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), altera o Regimento Interno do Senado.

Da forma como foi aprovada, a proposta dá 15 dias úteis à Mesa Diretora do Senado para avaliar se o pedido está em conformidade com as competências legislativa e fiscalizatória do Senado. A Mesa não poderá apreciar relevância ou qualquer questão de mérito.

Além disso, os requerimentos indeferidos, que hoje são automaticamente arquivados, ficarão sujeitos a recurso.

Inicialmente, o projeto determinava que os requerimentos, uma vez aprovados, não passassem mais pela Mesa. Porém, a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), fez alterações, resultando num substitutivo. Prevaleceu a tese de Simone de que os pedidos de informações que partam do Senado devem se restringir a sua área de competência, cujo controle é feito pela Mesa de forma colegiada. E eliminar tal controle seria algo “censurável”, argumenta.

— Esse controle é indispensável para impedir que a competência constitucional de demandar informações de autoridades do Executivo seja manejada de forma irresponsável ou com finalidade de proselitismo político — afirmou.

Além disso, ela lembra que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o direito de requerer informação a ministros, por exemplo, foi conferido pela Constituição somente às Mesas da Câmara e do Senado, e não a parlamentares individualmente.

O projeto vai agora para análise da Comissão Diretora.

Bezerra será relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas

No reinício dos trabalhos, ontem, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas elegeu o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) como presidente e o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) como vice. O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), presidente anterior, passa a ser relator da comissão.

Para Vilela, a comissão tem o dever de cobrar e fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris, firmado na COP-21, no fim do ano passado.

— Com a aprovação do Acordo de Paris, as perspectivas são positivas em relação ao alcance das metas para

frear o aquecimento global.

Segundo Bezerra, o passo dado em Paris foi muito importante, mas a implementação das metas acordadas vai exigir cobrança e acompanhamento efetivo de todos os países. Ele deve apresentar um plano de trabalho para a comissão na próxima semana.

— Devemos focar mais e mais nas energias renováveis, procurando ampliar a ambição brasileira nessa área — afirmou.

Por sugestão de Bezerra, foi aprovada uma audiência sobre o planejamento estratégico para o uso de energia renovável em escala por companhias de serviços públicos.

Amorim lembra 161º aniversário de Aracaju

EdUARDO Amorim (PSC-SE) homenageou os 161 anos de Aracaju.



O senador disse que a capital, hoje com 700 mil habitantes, enfrenta problemas como falta de planejamento urbano, criminalidade e deficiências na coleta de lixo.

No entanto, frisou, a cidade tem boa qualidade de vida e um “povo trabalhador, guerreiro, honesto e amigo”.

— Nossa capital continua bela, acolhedora e com um povo ordeiro.

Proposta de Franco busca atualizar legislação penal

O senador Ricardo Franco (DEM-SE) disse que apresentou um projeto que altera a



legislação penal para adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade da pena de prisão logo após a condenação em segunda instância.

— É preciso que nós, o Legislativo, façamos a nossa parte. Precisamos ajustar nossa legislação penal, adaptando-a à nova interpretação constitucional — disse.

Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Javalis

8h Audiência pública interativa debate os problemas causados pelo javali nas lavagens. Depois, reunião deliberativa avalia, entre outros, o PLC 9/2015, que proíbe soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.

CAS Remédio contra câncer

9h O PLC 3/2016, que autoriza o uso da fosfoetanolamina por pacientes com câncer, é um dos itens da pauta da comissão.

CDH Lançamento

10h Audiência pública para lançamento do livro *Violação de Direitos no Caminho 1946-1988*, com relatório da Comissão Camponesa da Verdade.

CRE Embaixadores

10h Comissão sabatina indicados para os cargos de embaixador na Costa Rica, na Croácia e na Ucrânia.

REUNIÃO DA MESA Requerimentos

11h Mesa do Senado analisa requerimentos e projetos de resolução do Senado e do Congresso.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h Renan Calheiros preside reunião da Mesa Diretora. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão deliberativa.

PLENÁRIO Votação

14h A PEC 133/2015, que isenta de IPTU imóveis alugados para igrejas, é o primeiro item da pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada incorporação de servidores de ex-territórios

Segue para a Câmara PEC que transfere para quadro federal pessoas que prestaram serviços a Roraima e Amapá durante a transformação em estados, não contempladas por emenda constitucional de 2014

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem proposta que insere em quadro funcional em extinção do governo federal pessoas que tenham mantido relação de trabalho com os ex-territórios de Roraima e do Amapá durante a transformação deles em estados. A PEC 3/2016, de Romero Jucá (PMDB-RR) e outros senadores, segue para a Câmara dos Deputados. O texto aprovado é um substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo Jucá, o objetivo é resolver o problema de servidores que não foram enquadrados com a promulgação da Emenda 79/2014, que tratava do tema. A exigência para ingresso dessas pessoas no quadro da União é comprovar o vínculo como empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador contratado junto aos ex-territórios de Roraima e do Amapá entre outubro de 1988 (ano de promulgação da

Constituição) e outubro de 1993 (instalação dos estados). Depois de promulgada a PEC 3/2016, a União terá 90 dias para regulamentar o direito de ingresso aos quadros da União.

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), alertou para o impacto financeiro da mudança e argumentou que a proposta permite a transposição de aproximadamente 32 mil pessoas, o que pode gerar um impacto anual de R\$ 2,9 bilhões aos cofres da União.

— Essa matéria vai provocar uma situação de desequilíbrio imensa — lamentou.

Jucá disse que o projeto foi elaborado em acordo com a Advocacia-Geral da União. Para ele, não haverá grande impacto financeiro, pois o número de servidores contemplados é pequeno. A proposta também dá aos servidores das áreas de tributação, arrecadação e fiscalização direito à remuneração equivalente à dos integrantes

das carreiras correspondentes da União. A regra vale para servidores admitidos até 1987 por Rondônia e até 1993 pelo Amapá e por Roraima.

Segurança

Randolfe acatou sugestões de Valdir Raupp (PMDB-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO) que beneficiam servidores da área de segurança pública. Os que exerciam função policial e estavam lotados nas Secretarias de Segurança Pública de Rondônia, até 1987, e do Amapá e de Roraima, até outubro de 1993, serão incorporados aos quadros da polícia civil do respectivo estado. Telmário Mota (PDT-RR) apresentou destaque para contemplar, com as regras da PEC, servidores do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, mas o relator rejeitou, argumentando que o destaque iria contra o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



Romero Jucá, José Medeiros e Renan Calheiros no Plenário, que acatou o ingresso de novos servidores no quadro da União

MP sobre *Aedes aegypti* recebe sugestões de emenda

O relator da medida provisória sobre o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG), analisa cerca de cem emendas de deputados e senadores à matéria.

A MP 712/2016 permite que autoridades do Sistema Único de Saúde (SUS), em âmbito federal, estadual e municipal, determinem o ingresso forçado em imóveis abandonados ou desocupados para combater o transmissor da dengue, zika e chicungunha. Segundo o relator, “o que mais preocupa

são as consequências jurídicas da entrada forçada de agentes de saúde”. Autor de emendas, o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR) sugeriu trocar essa ação por multa equivalente a 10% do salário mínimo, para proprietários que dificultarem o acesso a imóveis. Já para acabar com o estoque de veículos em depósitos dos Detrans, que servem de foco para o mosquito, Kaefer defende a realização de leilões dos bens a cada 90 dias.

Em audiência com representantes dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e da

Justiça, os parlamentares da comissão mista da MP também lamentaram o contingenciamento de recursos orçamentários da saúde, que pode impactar negativamente nas ações de combate à dengue, zika e chicungunha.

Os deputados Osmar Terra (PMDB-RS) e Carmen Zanotto (PPS-SC) pediram orçamento específico para apoio a famílias de crianças com microcefalia.

— Também é preciso garantir recursos para mais leitos de UTI para pacientes com síndrome de Guillain-Barré, decorrente do zika — ressaltou Terra.

O presidente da comissão mista, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), sugeriu, por emenda, que todos os órgãos públicos dediquem pelo menos um dia da semana para intensificar e dar mais visibilidade às ações de combate ao *Aedes aegypti*.

(Da Agência Câmara)



Bauer (C) preside reunião da comissão, à direita do relator, Newton Cardoso Jr

Segue para Plenário liberação de R\$ 2,79 bilhões em créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou duas medidas provisórias que abrem créditos orçamentários para ministérios, estados, municípios e encargos financeiros da União. Juntas, as MPs liberam R\$ 2,79 bilhões. Elas seguem para votação nos Plenários da Câmara e do Senado e entrarão em regime de urgência amanhã.

A MP 709/2015 disponibiliza R\$ 1,32 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte, para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos e para transferências a estados e municípios. O dinheiro é para combate ao mosquito *Aedes aegypti*, fomento agropecuário, o Programa Farmácia Popular e a transposição do Rio São Francisco.

As transferências para estados e municípios são para recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir (que instituiu a isenção de ICMS para produtos destinados à exportação).

Turismo

O relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO), acatou seis emendas, que reduzem de R\$ 72,7 milhões para R\$ 23 milhões a dotação destinada ao Ministério do Turismo e direcionam o montante para ações no Espírito Santo. Com essas alterações, o total disponibilizado pela MP passa a ser de R\$ 1,27 bilhão. As Casas do

Congresso deverão votar primeiro o texto do relator. Caso ele seja rejeitado, vota-se a versão original da MP.

Jogos Olímpicos

A MP 710/2016 libera R\$ 1,47 bilhão para os Ministérios da Justiça, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura e do Turismo e para encargos financeiros da União. A maioria das ações dos ministérios é relacionada à organização dos Jogos Olímpicos deste ano, no Rio de Janeiro. Os encargos são relacionados à constituição do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), entidade que serve aos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O relator, senador Elmano Férrer (PTB-PI), rejeitou as dez emendas apresentadas e manteve o texto original da MP.

Contas de 2014

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), convocou novo encontro para terça-feira, às 13h. A pauta da comissão ainda inclui prestações de contas e demonstrativos financeiros de vários órgãos federais e também um requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre o pagamento das pedaladas fiscais.

A CMO ainda precisa votar o parecer do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre as contas do governo federal de 2014. O relatório é pela aprovação, com ressalvas, mas há recomendação unânime do TCU pela rejeição.

Otto defende o replantio de matas ciliares

Está sendo instalada em Bom Jesus da Lapa (BA) a primeira etapa da fábrica de florestas para revitalizar o Rio Corrente, afluente da Bacia do São Francisco, anunciou Otto Alencar (PSD-BA).



O senador explicou que, numa área de dez hectares, o solo está sendo corrigido, a irrigação sendo preparada e daqui a dois anos haverá mudas para começar o replantio das matas ciliares do rio e a revitalização. Uma escola de educação ambiental será construída na área.

Hélio José anuncia filiação ao PMDB

Hélio José (DF) comunicou ontem filiação ao PMDB e disse que “o partido não foge da



responsabilidade para mostrar o caminho em todas as crises que o país enfrentou, contribuindo para a consolidação da democracia”. Ex-integrante do PT e do PSD, o senador deixa agora o Partido da Mulher Brasileira, a quem manifestou apoio e agradecimento, mas disse que “é hora de ampliar o raio de ação pela luta dos direitos sociais no Distrito Federal e região metropolitana”.

Relatório sobre a medida provisória que trata do assunto foi aprovado em comissão encarregada de fazer a análise prévia do tema, que agora será analisado na Câmara e no Senado

Bloqueio de vias poderá ter punição agravada

A PROPOSTA QUE define como infração gravíssima o uso de veículo para interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em vias públicas teve ontem a primeira vitória no Congresso.

A comissão mista (senadores e deputados) encarregada de fazer a análise prévia da Medida Provisória (MP) 699/2015, que trata do assunto, aprovou o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre a proposta.

Como houve modificações, a MP foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV), que agora segue para análise da Câmara dos Deputados. O texto modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, Lei 9.503/1997) e determina que a punição também valerá para pedestres que bloquearem vias.

De acordo com o PLV, o infrator será punido com multa de R\$ 3.830,80 (20 vezes o valor de algumas infrações gravíssimas) e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Em caso de reincidência no período de um ano, a multa será aplicada em dobro.

Como medida administrativa, no caso de interrupções causadas por veículos, o texto estabelece a remoção do automóvel. Também determina a punição dos organizadores com multa de R\$11.492,40 (60 vezes o valor de algumas infrações gravíssimas).

Na exposição de motivos enviada ao Congresso, o governo federal informa que o objetivo da MP é “coibir a prática



Texto relatado por Gurgacz (D) estabelece multa de R\$ 3.830 e suspensão da carteira por 12 meses

intencional de ações que ocasionem prejuízos a estados, municípios ou às relações comerciais que envolvam o transporte de bens pelas vias terrestres”.

Motorista alcoolizado

O PLV também aumentou a punição para o crime de homicídio culposo na direção de veículo por motoristas que estejam “com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência”.

Gurgacz rejeitou parágrafo que tratava dessa penalidade no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro para adotar a punição prevista no Código Penal e no artigo 308 do CTB. Com

a mudança, a pena de reclusão, que poderia chegar a quatro anos, poderá ser de dez anos.

— Gostaríamos de trazer o que está escrito no Código Penal para o de Trânsito, igualando as penalidades e não havendo discussão entre os códigos. A intenção nossa é diminuir acidentes e diminuir vítimas no trânsito. Isso é um avanço muito grande — disse.

Outra alteração feita na MP, de acordo com o senador, foi em relação à anulação de multas aplicadas anteriormente à medida. No PLV, o senador acatou emenda que concede anistia às multas e sanções aplicadas aos caminhoneiros participantes do movimento grevista iniciado em 9 de

novembro de 2015. O movimento obstruiu as estradas do país como forma de manifestação contra o valor do frete, a alta de impostos e a elevação nos preços de combustíveis, entre outras reivindicações.

Guincho

O projeto muda o CTB para permitir que os serviços de remoção, depósito e guarda de veículo sejam executados por órgão público ou por particular contratado por licitação pública.

Os custos da contratação de serviços particulares serão pagos pelo proprietário do veículo ao contratado. A medida, no entanto, não impede que os estados estabeleçam a cobrança por meio de taxa instituída em lei.

Se o proprietário do veículo comprovar, administrativamente ou judicialmente, ter havido recolhimento indevido ou abuso no período de retenção, o ente público fica obrigado a devolver as quantias pagas.

O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de seis meses.

O texto aprovado permite ainda a integração dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito com o objetivo de melhorar a fiscalização, inclusive por meio do compartilhamento da receita arrecadada com a cobrança das multas.

Senadores buscam renegociar dívidas de agricultores

Os senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e José Pimentel (PT-CE) devem agendar para a próxima semana uma reunião com representantes do governo para discutir a renegociação das dívidas dos produtores rurais.

A informação foi dada ontem em audiência pública por Bezerra, que preside a comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da Medida Provisória 707/2015, que dispõe sobre o assunto. O foco principal da comissão é a situação vivida por produtores da região Nordeste.

— Calcula-se que o impacto econômico dessa renegociação pode ser superior a R\$ 6 bilhões — disse.

O texto inicial proposto pelo governo suspende até 31 de dezembro o envio das operações de crédito em atraso para

inscrição na dívida ativa e para a cobrança judicial. O governo justifica que concedeu o prazo extra considerando a seca que tem assolado principalmente o Nordeste desde 2011.

Bezerra vê nas negociações em torno da MP uma oportunidade para o equacionamento dessas dívidas, o que possibilitaria um novo dinamismo para a região.

— São pendências que vêm se arrastando desde a década de 70, e que piorou nos últimos anos em virtude das fortes estiagens — afirmou.

O senador defendeu que Congresso e governo trabalhem num acerto que tenha a adesão dos agricultores.

— O nível de adesão às renegociações nos últimos dez anos tem sido baixo. No Banco do Brasil, por exemplo, é algo próximo de zero — contou.

José Pimentel defendeu anistia às dívidas de até R\$ 15 mil e abatimento escalonado nas faixas de R\$ 15 mil a R\$ 35.000 e de R\$ 35 mil a R\$ 100 mil.

Fátima Bezerra (PT-RN) reiterou que a crise atual fez com que milhares de pequenos produtores do semiárido não tenham “condição de arcar com os compromissos”.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marcelo Piccin, disse que a crise atinge cadeias produtivas de norte a sul do país, fruto também da queda no crédito desde o ano passado.

A MP trata ainda da ampliação até 30 de junho do prazo para que o BNDES refinance os contratos destinados à compra e ao arrendamento de caminhões.

Especialistas defendem entrega de casa popular com livros e computador

As unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida poderão ser entregues com computadores e uma biblioteca com 20 livros. Isso é o que estabelece projeto de lei debatido ontem em audiência pública da Comissão de Educação (CE).

O coordenador-geral de Mídias e Conteúdos Digitais do Ministério da Educação, Marcos Toscano, elogiou a proposta (PLS 203/2014) e disse que o projeto pode colaborar no desenvolvimento dos estudantes novos conteúdos educacionais.

— A OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], que realiza o Pisa [Programa Internacional de Avaliação de estudantes, na sigla em inglês], vem incluindo uma série de testes para habilidades de leitura em meio digital, de

navegação na rede mundial de computadores e resolução de problemas matemáticos com auxílio de computadores.

Para Volnei Canônica, do Ministério da Cultura, o projeto tem o mérito de incluir a discussão sobre a leitura nas famílias. Já o autor da proposta, Cristovam Buarque (PPS-DF), afirmou que a medida deveria ser estendida para além do Programa Minha Casa, Minha Vida.

— Deveria ser não só nas casas do Minha Casa, Minha vida, mas em todas as casas do Brasil. Deveríamos ter esse incentivo. Se as crianças brasileiras não tivessem bola por perto, eles nunca viriam jogadores de futebol. É impossível ler se não tem livro por perto — avaliou o senador.

O projeto será relatado na comissão por José Agripino (DEM-RN).



Fernando Bezerra (C) preside audiência pública para embasar a análise da MP que trata das dívidas dos produtores rurais

AUDIÊNCIAS VÃO LEVANTAR DADOS SOBRE OBRAS INACABADAS

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas aprovou ontem dois requerimentos para a promoção de audiências públicas destinadas a reunir informações sobre a situação no país. Uma delas será com o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho.

A outra audiência aprovada ontem terá como convidados representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e gestores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Comissão de Assuntos Sociais tem reunião extraordinária e deve analisar projeto sobre a fosfoetanolamina, ainda sem registro na Anvisa

Autorização para uso de medicamento contra câncer pode ser votada hoje

UM PROJETO QUE autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com câncer, antes do registro da substância pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), poderá ser votado hoje em reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), leu ontem seu voto favorável à proposta (PLC 3/2016), mas o texto não foi votado por causa do pedido de vista apresentado por Humberto Costa (PT-PE). O presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu prazo de 24 horas a Humberto, que anunciou a decisão de apresentar voto em separado.

O texto determina que, para ter acesso à fosfoetanolamina, os pacientes diagnosticados com câncer precisarão assinar um termo de consentimento e de responsabilidade. A opção pelo uso voluntário da substância não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

Na avaliação de Gurgacz, os relatos de regressão e cura do câncer pela fosfoetanolamina justificam a aprovação do texto.

— Trata-se de uma resposta terapêutica espetacular quando comparada a qualquer medicamento antineoplásico disponível no mercado brasileiro e mundial. A fosfoetanolamina é um alento — disse.

Já Humberto teme a liberação da substância sem a realização de testes que comprovem sua eficácia e segurança.

— Além do problema de segurança do consumo de medicamentos, a liberação da fosfoetanolamina será uma



Edison Lobão conduz reunião da comissão: na pauta hoje, liberação de remédio que ainda não passou pelo crivo da Anvisa

sinalização negativa de que é o Congresso, e não a Anvisa, que aprova ou reprova a produção de medicamentos.

Em nota, a Anvisa informou não ter recebido nenhum pedido para realização de ensaios clínicos ou solicitação de registro dessa substância, manifestando preocupação com o uso de medicamentos sem a devida autorização.

A fosfoetanolamina é uma substância que imita um composto que existe no organismo e que identifica as células cancerosas, permitindo que o sistema imunológico as reconheça e as remova. Pesquisas vêm sendo feitas pela Universidade de São Paulo (USP) há 20 anos. A distribuição do medicamento era feita de forma gratuita em São Carlos (SP).

Em 2014, a droga parou de ser entregue, após uma portaria determinar que substâncias experimentais obtenham todos os registros antes de serem liberadas. Pacientes passaram a obter a liberação na Justiça.

Abaixo-assinado pede liberação da substância

Moradores de Leme (SP) enviaram ao Senado um abaixo-assinado a favor da liberação do uso da fosfoetanolamina sintética, substância conhecida como “pílula do câncer”. Com cerca de 5 mil assinaturas, a petição foi entregue ontem ao presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS). Junto ao abaixo-assinado, foi entregue uma moção da Câmara de Vereadores de Leme para que o Senado aprove o PLC 3/2016, que autoriza o uso da substância por pacientes diagnosticados com câncer antes mesmo da conclusão das pesquisas.

Ivo Cassol e Humberto Costa divergem na tribuna

Ivo Cassol (PP-RO, foto) defendeu, em Plenário, a aprovação do PLC 3/2016 e criticou Humberto Costa por dizer que não se deve interferir na Anvisa.

— Estamos aprovando o uso compassivo de uma



Jefferson Ruy/Agência Senado

substância.

Em aparte, Humberto ponderou:

— Não quero impedir o uso. Quero que testes sejam feitos para dar segurança, inclusive quanto às doses adequadas para cada tipo de câncer.

Texto facilita concessão de adicional de insalubridade

O trabalhador poderá passar a receber um adicional de insalubridade ou de periculosidade assim que o perito constatar que a atividade profissional dele é insalubre ou perigosa. O direito deverá ser assegurado mesmo que a ocupação não conste da lista do Ministério do Trabalho e Previdência Social de atividades que oferecem risco à saúde dos profissionais.

A medida está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 345/2015, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado em caráter terminativo ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — se não houver recurso para votação no Plenário do Senado, o projeto irá diretamente para a Câmara dos Deputados.

A relatora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), explicou que a constatação de atividade insalubre ou perigosa deve ser feita pela perícia de um médico ou um engenheiro de trabalho, com registro no Ministério do Tra-

balho. Com isso, o trabalhador não precisará aguardar que a atividade seja incluída na lista aprovada pelo ministério, para só então receber o adicional, como acontece hoje.

Com o projeto, Crivella quer atualizar norma classificada

por ele como antiga e ultrapassada.

Ao apoiar a proposta, Ana Amélia ressaltou que o direito do trabalhador não pode ficar condicionado a uma medida burocrática.

— Para a preservação da integridade do trabalhador e do seu direito ao adicional, deveria ser suficiente o laudo pericial que ateste a nocividade da atividade à saúde — observou ela.

Ana Amélia apresentou uma emenda para explicitar a regra segundo a qual, ainda que uma atividade insalubre ou perigosa não esteja incluída na lista do Ministério do Trabalho, o empregado fará jus ao adicional, se o laudo pericial oficial constatar ser ela nociva à saúde do trabalhador.



Ana Amélia (D), relatora do projeto, participa de reunião ao lado de Vanessa

Vai a Plenário parceria entre profissionais e salões de beleza

Projeto que regulamenta contratos de parceria entre donos de salões de beleza e profissionais que atuam nesses estabelecimentos foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para Plenário, em regime de urgência. O PLC 133/2015, do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), busca dar segurança jurídica a uma relação já existente entre salões e profissionais como cabeleireiros e manicures.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), disse que, pela lei atual, o trabalhador é contratado como empregado, com carteira assinada. Esse sistema de contratação continuará valendo, afirma, sendo opcional a modalidade de parceria prevista no projeto:

— O projeto trará para a formalidade um tipo de relação frequentemente utilizada, as parcerias, em que o salão dá ao profissional que fez o serviço um percentual do valor pago pelo cliente. E emendas visam não deixar dúvida sobre a proteção ao trabalhador.

PRIMEIROS SOCORROS PODEM SER ENSINADOS NAS ESCOLAS

Alunos dos ensinos fundamental e médio poderão aprender técnicas de primeiros socorros, de acordo com o PLS 210/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), aprovado ontem na CAS. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votada em decisão terminativa.

O projeto inclui conteúdos relativos aos primeiros socorros no currículo escolar, como treinamento em ressuscitação cardiopulmonar, explicou Caiado, que é médico. O objetivo é formar cidadãos com conhecimentos mínimos de salvamento.

PROPOSTA MUDA EXPRESSÃO EM DIPLOMA DE MEDICINA

Foi aprovado ontem na CAS o PLC 179/2015, que obriga o uso da denominação “médico” nos diplomas dos cursos de Medicina e veda o uso do termo “Bacharel em Medicina” nos certificados. O objetivo é facilitar o reconhecimento, por outros países, de diplomas expedidos pelo Brasil. O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), explicou que algumas faculdades usam a expressão e os profissionais acabam enfrentando dificuldades na aceitação de seus diplomas.

SELO ESTIMULA DOAÇÃO DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA

Para premiar empresas que incentivam seus funcionários a doar sangue e a aderir a cadastros de doação de medula óssea, a CAS aprovou ontem o PLC 38/2014, que cria o selo Empresa Solidária com a Vida. As empresas agraciadas poderão fazer referência ao selo em suas propagandas e também poderão ser citadas nas publicações oficiais.

— O selo pode funcionar como certificação de prestígio para as empresas que atuam com responsabilidade social — frisou o relator, Elmano Férrer (PTB-PI).

Valor de pedágio complica concessão de rodovia entre Mato Grosso e Pará

Tarifa estimada é considerada alta para agricultores escoarem a produção, mas empresas dizem que valor mais baixo deve esvaziar a licitação

O VALOR DA tarifa a ser cobrada nas praças de pedágio que serão instaladas nos mais de 900 quilômetros da rodovia BR-163, entre Sinop (MT), Miratubá (PA) e Santarém (PA), é um obstáculo ao processo de concessão. A questão foi debatida ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O teto estimado da tarifa é de R\$ 10,05 para cada 100 quilômetros, valor considerado alto pelos agricultores que devem usar a rodovia para escoar a safra de grãos do Centro-Oeste. Para o diretor do Movimento Pró-Logística do Mato Grosso, Edeon Vaz Ferreira, houve um equívoco no estudo que estima o tráfego no trecho.

— Vamos gastar R\$ 882 por um caminhão de 9 eixos, enquanto na Rota do Oeste, numa distância de 855 km, dá R\$ 346 e a pista vai ser toda duplicada. Em Mato Grosso do Sul, também com a pista duplicada, R\$ 495 — disse.

A estimativa dos produtores é de que as safras de milho e soja dobrem nos próximos dez



Garibaldi Alves Filho preside reunião da Comissão de Infraestrutura, que debateu ontem a concessão de trecho da BR-163

anos, aumentando o tráfego. — Não vejo nenhuma possibilidade de esse tráfego ser inferior ao que estamos projetando — assegurou.

Mas o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) teme que o tráfego seja muito inferior. Segundo ele, definir uma tarifa elevada não é problema para a concessão ser realizada.

— Quem acreditar em tarifas mais baixas que dê mais desconto na licitação. Mas baixar muito a tarifa de referência

pode deixar a licitação deserta. Blairo Maggi (PR-MT) acredita que o alto valor da tarifa fará os produtores rurais buscarem outros corredores de exportação, ameaçando o projeto.

— Quanto maior a tarifa, menor será o fluxo sobre a rodovia.

Para Wellington Fagundes (PR-MT), as concessionárias têm muitas responsabilidades, mas a tarifa não pode onerar excessivamente o produtor.

— A tarifa não pode inviabilizar aquilo que é também o objetivo, promover o desen-

volvimento — apontou.

A rodovia BR-163 está incluída no Plano de Investimentos em Logística (PIL). A intenção do governo federal é conceder por até 30 anos a administração de 976 quilômetros à iniciativa privada. O leilão deve ocorrer no segundo semestre.

— O governo está dando especial atenção para o escoamento da produção pelo Arco Norte, o que vai reduzir enormemente o custo logístico — disse Natália Marcassa, do Ministério dos Transportes.

COMISSÃO APROVA MAIS RECURSOS PARA O PROCEL

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou proposta que reserva 20% dos recursos destinados a investimentos para eficiência energética ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). O texto acatado pela comissão é o substitutivo da Câmara ao PLS 430/2011, de Ana Amélia (PP-RS). A proposta foi relatada na CI por Valdir Raupp (PMDB-RO) e agora segue para o Plenário.

AUDIÊNCIA DEBATERÁ FRANQUIA DE BAGAGEM EM VIAGEM AÉREA

A proposta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de acabar, gradualmente, com a franquia de bagagem despachada em voos domésticos será tema de audiência. A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou requerimento para ouvir representantes da Anac sobre mudanças nas regras de direitos dos passageiros.

O debate, que ainda será agendado, foi proposto pelo presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

INDICADOS PARA DIRETORIA DA ANAC SERÃO SABATINADOS

As indicações de três novos diretores para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) serão analisadas pela Comissão de Infraestrutura. Ontem foram lidos relatórios sobre as indicações, pela Presidência da República, de Juliano Alcântara Noman, Hélio Paes de Barros Júnior e Ricardo Sérgio, e foi concedida vista coletiva. A data das sabinas dos três na comissão ainda será agendada.

Brasil precisa receber melhor o turista chinês, alerta Davi

O Brasil carece de profissionalismo para melhorar seu potencial turístico e, especialmente no momento de crise econômica, deve se preparar para receber mais turistas da China, recomendou Davi Alcolumbre (DEM-AP). O senador falou na abertura do seminário Welcome Chinese, realizado ontem no Senado. Davi disse que 2 milhões de turistas viajam a cada ano para países de todo o mundo.

As dificuldades com a língua, os altos preços das passagens e a burocracia para obter um visto estão entre os fatores que motivaram a queda na presença de turistas chineses no Brasil, afirmou o vice-presidente da Academia de Turismo da China, Zhong Guang Li.

Promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional

e Turismo (CDR), o evento buscou trazer informações sobre a certificação Welcome Chinese, dada a hotéis, aeroportos, parques e outros serviços que se adequam ao padrão de qualidade chinês. A ideia é aproveitar as Olimpíadas do Rio neste ano para atrair mais turistas.

Li disse que a China tem grande interesse em estimular viagens para o Brasil, um pólo de turismo nas Américas, junto a Estados Unidos e México.

— O esporte, a cultura, a natureza, o comércio e o modo de vida do brasileiro são atrativos para o chinês. E o Carnaval no Brasil coincide com o Ano Novo na China, o que favorece o turismo nesse período — disse.

O presidente da Welcome Chinese Company, Jacopo Sertoli, apontou a necessidade

de que o cartão de crédito da Union Pay, operadora dos chineses, seja aceito em estabelecimentos brasileiros.

— Temos Visa e Mastercard na China, mas não se compara ao número de cartões da Union Pay — afirmou.

Sertoli também citou a questão das redes sociais. Na China não entram o Facebook e o Twitter, mas há versões equivalentes, e os chineses precisam ter como acessá-las no Brasil.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o país precisa de mais pessoas que falem outros idiomas, se quiser atrair mais turistas. Ele disse que a educação é o caminho, mas há outras mudanças necessárias, como a gentileza nas ruas, a violência, a saúde e o transporte.

Representante do Ministério do Turismo, Acir Madeira des-

tacou a instalação de três centros de processamento de visto para o Brasil na China. Madeira disse ainda que o Programa de Qualificação Internacional de Estudantes de Turismo está sendo ampliado, para incluir as escolas de excelência da China e da Rússia entre as que devem

receber os melhores colocados no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Para Wellington Fagundes (PR-MT), o Brasil tem alto potencial para o turismo, com regiões como Pantanal e Amazônia, mas peca por falta de infraestrutura.



Davi Alcolumbre (2º à esq.) em evento na Comissão de Desenvolvimento Regional

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança proposta que deixa templo isento de IPTU

PEC dá à igreja que funciona em imóvel alugado o mesmo tratamento tributário já dado à que funciona em imóvel próprio. Texto terá de passar por 2ª votação no Plenário

O SENADO APROVOU ontem em primeiro turno uma proposta que isenta do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os templos religiosos que funcionem em imóvel alugado. Foram 57 votos favoráveis e nenhum contrário. Antes de ir para a Câmara dos Deputados, a PEC 133/2015 precisará passar por uma segunda votação no Plenário do Senado, marcada para hoje.

A proposta foi apresentada por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele lembrou que a Constituição já concede isenção tributária a templos, de forma a proteger a liberdade de crença, mas deixou fora os imóveis alugados. Para o senador, a propriedade ou não do imóvel não é o que deve ser fundamental para que o imposto deixe de cobrado, mas sim a existência ou não da prática religiosa.

— Além de violar a liberdade de crença, a criação de obstáculo para o exercício das religiões, como o pagamento de impostos, não é interessante, pois as igrejas cumprem um papel social extremamente relevante e indispensável para um país tão desigual como é o Brasil — argumentou Crivella.

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Benedito de Lira (PP-AL), lembrou que nos



Marcelo Crivella conversa com senadores na sessão em que o Plenário aprovou a PEC em 1º turno

contratos de aluguel é comum que a responsabilidade pelo pagamento do IPTU seja transferida para o inquilino. Por isso, segundo ele, é necessária a regulamentação.

Pouco antes da votação, Crivella e líderes evangélicos se reuniram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e pediram que a PEC fosse incluída na pauta do Plenário.

— A urgência já foi aprovada — disse

Renan aos religiosos, acrescentando que a PEC deveria ser votada no Plenário ainda ontem, o que de fato ocorreu.

Na reunião, Crivella disse que, “sem a atuação de Renan, a PEC só seria aprovada em 2045”. O senador lembrou que as igrejas atuam como “hospitais para curar doenças psicológicas e da alma”, ajudando pessoas que enfrentam depressão e lutam contra o vício em drogas.

Projeto da Lei Geral das Religiões vai para Plenário

O projeto que cria a Lei Geral das Religiões foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O PLC 160/2009 vai, em regime de urgência, para o Plenário. O texto é apoiado por organizações evangélicas, que querem isonomia em relação ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica. O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), recomendou a aprovação.

Pelo projeto, as organizações religiosas têm assegurada a liberdade para prestar assistência espiritual a pacientes hospitalizados, a presidiários e a internos de estabelecimentos de assistência social e educacional.

O relator acatou emenda para que capelães militares de diferentes credos possam prestar assistência religiosa a oficiais das Forças Armadas.

A proposta reforça o entendimento em vigor segundo o qual casamentos celebrados pelas religiões reconhecidas no Brasil terão efeitos civis, após registro em cartório. O projeto é do deputado licenciado George Hilton, atual ministro do Esporte.

Presidente da CBF nega estar no posto a serviço de Del Nero

O presidente interino da Confederação Brasileira de Futebol, Antônio Carlos Nunes de Lima, negou que esteja no posto a serviço do presidente licenciado da entidade, Marco Polo Del Nero. Essa foi uma das poucas declarações dadas pelo Coronel Nunes, como é mais conhecido, à CPI do Futebol.

— Na CBF, o presidente sou

eu. Eu mando. Ninguém manda mais do que eu — afirmou ele, que está há dois meses à frente da entidade máxima do futebol brasileiro.

Amparado por um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal, Nunes silenciou diante da maioria das perguntas feitas pelo presidente da CPI, Romário (PSB-RJ).

Romário afirmou que Del Nero e os ex-presidentes da CBF Ricardo Teixeira e José Maria Marin são “ladrões e corruptos” e perguntou se Nunes também poderia ser classificado assim.

— Para onde o senhor olha, há ladrão, para a frente, para o lado, para trás, embaixo, em cima. Como é o sentimento?

— questionou, sem resposta.

Nunes enumerou as mudanças que está fazendo na CBF. Ele explicou que a entidade está reformulando o estatuto e criando um código e um conselho de ética. As mudanças estão a cargo de um comitê formado por grandes nomes do esporte e por entidades esportivas. Ele, porém, recusou-se a responder

sobre corrupção na CBF.

Romero Jucá (PMDB-RR) adiantou que, em seu relatório, proporá que a CBF assine um termo de ajustamento de conduta, comprometendo-se com práticas modernas de gestão e maior transparência, já que os projetos de lei que serão propostos pela CPI poderão demorar para ser aprovados.



Coronel Nunes, presidente da CBF, fala à CPI do Futebol, ao lado de Romário (E)

Insatisfeito com rumos de CPI, Romário diz que fará relatório paralelo

Sem conseguir aprovar nenhum dos 11 requerimentos votados ontem, o presidente da CPI, Romário, avisou que vai elaborar um relatório paralelo, em contraponto ao oficial, que será feito por Romero Jucá. Dez dos 11 requerimentos eram do próprio Romário e propunham a convocação de depoimentos e quebras de sigilo.

— Os que estavam aqui não querem saber de futebol, ao contrário de mim — disse Romário. Mais cedo, Jucá pedira a rejeição dos 11 re-

querimentos, por entender que tinham fraca argumentação jurídica e seriam derrubados:

— Já tivemos decisões do Supremo rejeitando determinações tomadas aqui. Esta CPI não pode ficar exposta. Não sou contra convocar ninguém nem quebrar o sigilo de ninguém.

Jucá obteve o apoio da maioria dos senadores.

Romário disse que “não tem medo de cara feia”.

— Não adianta gritar, fazer bico, que isso não vai mudar minha conduta. Continuo na luta pela moralização do futebol.

Texto que permite transferir bilhete aéreo vai à Câmara

Vai para a Câmara um projeto que permite a transferência de passagem aérea entre passageiros. O PLS 394/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa (só irá para o Plenário do Senado se houver recurso).

O texto condiciona a operação a regras da companhia aérea e a exigências da autoridade aeronáutica em relação à identificação dos passageiros. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apoiou o projeto.

— Não tem cabimento alguém comprar uma passagem e não ter chance de transferir para um terceiro, de modo regulamentado — disse Ferraço.

Comissão decide suspender tributação de cooperativas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a suspensão do cumprimento da norma que obriga as empresas que contratam cooperativas a pagar contribuição de 15% sobre o valor da nota fiscal. A determinação já havia sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Para o relator da proposta (Ofício S 25/2015), Alvaro Dias (PV-PR), era necessário retirar a norma da legislação porque a Constituição já impõe “adequado” tratamento tributário às cooperativas.

É competência do Senado suspender a execução de lei inconstitucional. Cabe agora à CCJ elaborar um projeto de resolução para cancelar a aplicação da lei.

Governo poderá construir hidrelétrica em terra indígena

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um projeto que autoriza o governo a construir uma pequena hidrelétrica no Rio Irani, dentro das terras indígenas Toldo Chimbangue I e II, em Santa Catarina. O PDS 53/2014 recebeu parecer favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), e vai para o Plenário.

Segundo o projeto, a autorização depende de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e antropológica. O entendimento dos senadores foi no sentido de que a construção de pequenas hidrelétricas ajuda a reduzir o uso de termelétricas, que são muito poluentes.

Gravação de diálogo por telefone entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff acirrou os ânimos entre a base governista e a oposição

Divulgação de grampo repercute no Plenário

DURANTE A SESSÃO ordinária de ontem, a notícia do vazamento do conteúdo da gravação de um diálogo entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acirrou os ânimos no Plenário. Senadores da oposição pediram a renúncia imediata da presidente da República e senadores da base governista criticaram duramente o vazamento para a imprensa da gravação, cujo diálogo teria ocorrido poucas horas antes.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), comunicou ao Plenário o ocorrido. Para o senador, a conversa em que Dilma trata do termo de posse para que o ex-presidente seja nomeado ministro da Casa Civil demonstra que ela “está dificultando o trabalho da Justiça”.

— É o fim do governo. Dilma agora tem de renunciar à Presidência. Quebrou o decoro e quebrou a condição de

presidir o país. É inaceitável esse comportamento. Ela não tem condições de governar, tem que pedir renúncia neste momento.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que, no diálogo capturado, “não há problema algum”. Para o senador, o que é “extremamente grave” é o vazamento “despropositado de uma conversa pessoal” da presidente da República.

— Esse vazamento precisa ser investigado. O que é grave é gravarem uma conversa da presidente da República e divulgarem no mesmo dia. São vazamentos seletivos feitos para aprofundar a crise política do nosso país. Tinha autorização do STF [Supremo Tribunal Federal]? Quem vazou? Foi a Polícia Federal? Foi o juiz Sergio Moro? — questionou.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) acompanhou a opinião de Caiado e



Lindbergh Farias foi um dos parlamentares que pediram investigação sobre o vazamento da conversa

disse que a gravação mostra que a presidente Dilma trabalhou para obstruir a Justiça. O senador também sugeriu que ela renuncie.

— Não há mais saída, é o fim de tudo isso — afirmou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que há boatos de que o juiz Sergio

Moro teria quebrado o sigilo das ligações telefônicas de Lula e entregado para a TV Globo.

José Agripino (DEM-RN) disse não ter mais dúvidas que a nomeação de Lula para ministro ocorreu para blindar o ex-presidente e obstruir a Justiça. Para ele, o Congresso precisa dar continuidade urgente ao processo de pedido de impeachment de Dilma.

José Pimentel (PT-CE) criticou Sergio Moro veementemente. Chamou o juiz de “ditador”, “irresponsável” e “juizinho de primeira instância”. Na opinião do senador, “Moro está rasgando a Constituição”.

— Este país não pode ser vítima da vontade de alguns em detrimento das leis. Estão querendo pegar um atalho para chegar à Presidência da República — afirmou.

Telmário Mota (PDT-RR) questionou a legalidade do vazamento e disse que estamos em “uma situação de perigo para a democracia”.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que tanto o diálogo quanto o vazamento “envergonham a nação”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, buscou apaziguar os ânimos e pediu que todos, primeiramente, se inteirassem da totalidade dos fatos.

— A democracia deve estar acima de todos nós. Temos que zelar pela democracia. O atual período democrático é o mais longo do Brasil. Precisamos aguardar para conhecer a totalidade dos fatos. Ponderação e equilíbrio.

Senadores divergem sobre nomeação de Lula para a Casa Civil

Antes da divulgação do grampo, a nomeação de Lula para o cargo de ministro da Casa Civil já vinha gerando repercussão no Plenário, inclusive com discursos na tribuna.

Renan Calheiros disse que Lula tem boas relações com os parlamentares, mas que não dá para prever se, na Casa Civil, o ex-presidente vai ou não resolver a crise política e econômica.

— Seria muito fazer essa projeção, mas ele tem boa relação com o Parlamento. Como senador e presidente do Congresso, torço para que as coisas melhorem — disse.

Entre os governistas, Lindbergh Farias avaliou que Lula vai afastar o perigo de impeachment de Dilma e abrir espaço para a recuperação da articulação política entre Executivo e Legislativo. Na opinião do senador, ele será o “ministro da esperança”.

Para Jorge Viana (PT-AC), a experiência e a liderança de Lula o tornam capaz de iniciar o diálogo necessário para solucionar os problemas do país.

— Quero aqui passar minha confian-

ça de que Lula vá conseguir retomar o diálogo com setores da oposição, retomar o diálogo com o Congresso e fazer aquilo que é a vocação dele: vencer conflitos, fazer o impossível.

Senadores opositoristas, por sua vez, argumentaram que a indicação de Lula é uma manobra para afastar o ex-presidente das investigações da Operação Lava-Jato, concedendo-lhe foro privilegiado. Também destacaram a possível perda de poder que Dilma enfrentará com Lula na Casa Civil.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) classificou a nomeação de “tapa na cara dos brasileiros”. Na opinião do senador, Lula é quem realmente manda no governo Dilma desde o começo.

— Não é só Lula, nem só Dilma. Também é este grande partido, o PMDB, que dá toda a sustentação a esse governo imoral, irresponsável e incompetente. Se no sábado passado, na convenção do PMDB, se tivesse decidido que o partido sairia da base, a presidente Dilma já teria renunciado e Lula jamais teria ido para o governo.

Para Cássio Cunha Lima, Dilma “aplicou um autogolpe”.

— Ela renunciou, na prática, ao exercício pleno de suas prerrogativas de presidente — criticou.

Vanessa Grazziotin disse que a posse de Lula não se caracteriza como obstrução da Justiça e garantiu que ele é “a pessoa certa”. Cristovam Buarque contestou:

— Quando a senhora disse que o Brasil precisa de pessoa com liderança e experiência, é como se Dilma não tivesse. Ela foi eleita com 53 milhões de votos e ocupou cargos importantíssimos antes — rebateu.

Para o líder do governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE), Lula vai assessorar Dilma da mesma maneira que ela o assessorou no passado.

— Ele vem imbuído de construir uma unidade nacional em torno de grandes temas que nos tire deste impasse — afirmou.

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que considera Lula um dos maiores estadistas que o país já teve.

Conselho de Ética marca depoimento de Delcídio para quarta

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcou para quarta-feira, às 10h, o depoimento de Delcídio do Amaral (PT-MS). Ontem os senadores do conselho aprovaram com 11 votos a zero o relatório de Telmário Mota (PDT-RR), que pede a abertura de processo de cassação do mandato de senador de Delcídio por quebra de decoro parlamentar.

Cumprindo prisão domiciliar, Delcídio está de licença médica até o dia 22 de março. Na terça-feira, foi divulgado o teor da delação premiada do senador, que atinge diversas autoridades da República e parlamentares de vários partidos.

Telmário disse acreditar que, no depoimento de Delcídio, os senadores pedirão mais esclarecimentos sobre a delação, homologada por Teori Zavascki, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O relator esclareceu, também, que se Delcídio renovar o pedido de licença médica, o Conselho

de Ética vai analisar como proceder.

— Mas acredito que ele virá. A oitiva é com ele. Os senadores vão fazer os questionamentos diretamente a ele. Vamos trabalhar com respeito à legalidade. Sem atropelos. Queremos dar ao senador Delcídio amplo direito de defesa, mas queremos dar uma resposta à sociedade — afirmou Telmário.

O presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), garantiu que Delcídio terá amplo direito de defesa e que, se ele pedir que testemunhas sejam ouvidas, serão marcadas as datas para os depoimentos.

O relator definiu um calendário. Pelo cronograma, as possíveis testemunhas serão ouvidas em 6 de abril. Em 13 de abril, Telmário vai declarar o fim da instrução do processo e Delcídio será chamado a apresentar as alegações finais em até três dias úteis. Vencidos esses prazos, o relatório final será entregue ao conselho, que terá até dez dias úteis para votar o documento.

Randolfe quer explicações de Aloizio Mercadante

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou requerimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, explique as acusações de que teria tentado atrapalhar o trabalho de investigação da Operação Lava-Jato, segundo a delação de Delcídio do Amaral.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), disse que havia apenas seis senadores em Plenário no momento em que o requerimento podia ser votado e julgou ser “prudente” deixar a análise para a próxima reunião, dia 23 de março.

— Trata-se de um assunto grave e acho melhor receber o pedido e votá-lo na próxima reunião em primeiro lugar. É prudente para não sermos acusados de açodamento e pressa.

Aécio rebate delação e diz que acusações são torpes

Aécio Neves (PSDB-MG) declarou-se indignado com as citações do nome dele na delação premiada de Delcídio do Amaral. O senador tucano afirmou que nada tem a temer quanto às acusações “torpes e vis” do petista, e que “não é a primeira vez que tentam manchar” seu nome e o de seus familiares.

— A minha coragem de mudar este país é cada vez maior. É com ataques como esse que eu vejo minha força, minha disposição, minha determinação e minha coragem recrudescidas. Vou continuar combatendo o governo que destruiu as nossas economias, e não vou permitir que destruam minha reputação — disse.



Morcinho Moura/Agência Senado